RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA SANITARISTA NA EQUIPE TÉCNICA DA PLATAFORMA MEU SUS DIGITAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE SAÚDE PÚBLICA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

THE ROLE OF COLLECTIVE HEALTH IN THE MEU SUS DIGITAL PLATFORM: AN EXPERIENCE REPORT ON WORK PROCESSES AND DIGITAL TRANSFORMATION IN THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM

Júlia Maria de Oliveira Pereira[1]

Christiane Motta Araujo[2]

Claudia Aparecida Fernandes Cordeiro[3]

Quezia Teixeira Rodrigues[4]

Cíntia Maria Rodrigues[5]

Renata Patricia Fonseca Gonçalves[6]

Sergio Antunes Santos[7]

Almir Sincura Ribeiro Junior[8]

[1] Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialização em Saúde Coletiva, área de concentração em Saúde Digital.
[2] Doutora. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8485-721X
[3] Doutora em Ciências da Saúde. Centro Especializado em Reabilitação (CER IV), Diamantina, MG, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9764-0017
[4] Doutora em Fisiologia pelo ICB/UFMG. Professora Substituta, Departamento de Enfermagem, UFVJM. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3998-4169
[5] Doutora em Ciências pela EERP/USP. Professora Adjunto I, Departamento de Enfermagem, UFVJM ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9002-031X
[6] Doutora em Enfermagem pela EE/UFMG. Professora Adjunta, Departamento de Enfermagem, UFVJM ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5292-2053
[7] Médico ortopedista. Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente. Professor do Departamento de Medicina, UFVJM.
[8] Médico. Especialista em Clínica Geral. Médico de família.

ISSN: 2763-5724

Resumo: Objetivo: Analisar a experiência de atuação de uma sanitarista na equipe técnica da plataforma Meu SUS Digital e suas contribuições para a articulação entre Saúde Coletiva e transformação digital no Sistema Único de Saúde (SUS). Método: Relato de experiência descritivo e analítico-reflexivo, desenvolvido em 2025, fundamentado em pesquisa bibliográfica, análise documental e observação da prática profissional, com registros em diário de campo. Resultados: A experiência foi sistematizada em quatro eixos: mapeamento de erros e qualificação dos processos de trabalho; escuta dos usuários e participação social; governança da informação e integração de sistemas; e comunicação em saúde e autonomia dos cidadãos. Evidenciaram-se a importância do acompanhamento de manifestações dos usuários, da articulação intersetorial e de estratégias comunicacionais acessíveis, bem como barreiras associadas às desigualdades digitais. Conclusão: A participação de profissionais da Saúde Coletiva em equipes de saúde digital contribui para incorporar equidade, proteção de dados e interesse público à gestão de plataformas, embora as conclusões se restrinjam ao contexto institucional relatado.

Palavras-chave: Saúde Digital; Sistema Único de Saúde; Saúde Coletiva; Tecnologia da Informação; Relato de Experiência.

Abstract: Objective: To analyze the experience of a public health professional working on the technical team of the Meu SUS Digital platform and her contributions to linking collective health and digital transformation within the Brazilian Unified Health System (SUS). Method: A descriptive, analytical-reflective experience report conducted in 2025, based on a literature review, document analysis, and observation of professional practice recorded in a field diary. Results: The experience was organized into four themes: error mapping and improvement of work processes; user feedback and social participation; information governance and systems integration; and health communication and citizen autonomy. The findings highlighted the relevance of monitoring user reports, coordination across technical departments, and accessible communication strategies, alongside barriers related to digital inequalities.

Conclusion: Including collective health professionals in digital health teams can help embed equity, data protection, and the public interest in platform management, although the findings are limited to the institutional setting described.

Keywords: Digital Health; Unified Health System; Public Health; Information Technology; Experience Report

INTRODUÇÃO

A Saúde Digital (ou Digital Health), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é um campo de conhecimento teórico e prático voltado ao desenvolvimento de ferramentas que ampliam o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, sendo mais abrangente que a sua antecessora, a "Saúde Eletrônica" (ou e-Health) (WHO, 2021). Essas tecnologias contribuem para a "construção de um cuidado mais justo, sensível, inovador e comprometido com a vida em todas as suas formas", alinhando-se aos princípios do SUS (Almeida Filho, 2006, p. 21).

Neste contexto, profissionais sanitaristas desempenham papel crucial na concepção e aprimoramento de soluções digitais, atuando social e politicamente para garantir o direito à saúde de todos os cidadãos, "expressando compromisso social próprio da Saúde Coletiva de transformação social, melhoria da vida da população e a saúde como direito de cidadania e dever do Estado" (Rossi; Barsaglini, 2025).

A incorporação de tecnologias digitais no setor saúde tem sido orientada por políticas públicas que buscam o fortalecimento dos sistemas de saúde, com destaque para iniciativas de telessaúde, ampliação da participação social e promoção da interoperabilidade entre sistemas de informação, favorecendo a integração de dados e a troca de saberes (Bertotti; Blanchet, 2021). No Brasil, esse processo ocorre em um cenário de ampla conectividade digital da população. Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil indicam que aproximadamente 166 milhões de pessoas com mais de 10 anos utilizaram a internet em 2023, correspondendo a cerca de 78% da população brasileira (CETIC BR, 2024; UNFPA, 2025). Esse contexto

reforça o potencial da Saúde Digital como estratégia de aproximação dos cidadãos com o SUS.

No plano normativo e institucional, a Estratégia Global de Saúde Digital da OMS (WHO, 2021) e o plano regional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2019) destacam o papel das tecnologias digitais para a ampliação da cobertura universal e o fortalecimento dos sistemas de saúde. No Brasil, marcos como a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) (Brasil, 2015), a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Brasil, 2018), a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020–2028 (Brasil, 2020) e a criação da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) (Brasil, 2023) consolidam a implementação de políticas voltadas à integração de sistemas, à proteção de dados e ao uso estratégico da informação em saúde.

Nesse cenário institucional, o Meu SUS Digital destaca-se como plataforma central de relacionamento do Ministério da Saúde com a população, oferecendo serviços como acesso ao histórico clínico, informações de vacinação, certificados digitais, agendamentos e miniaplicativos, a exemplo da Caderneta Digital da Criança, do Guia de Mudanças Climáticas e do Hemovida, promovendo a comunicação direta entre o SUS e seus usuários (Brasil, 2025).

Dessa forma, este relato de experiência busca analisar e refletir sobre a atuação de uma sanitarista na equipe técnica do Meu SUS Digital, a partir da vivência profissional no contexto do Ministério da Saúde, discutindo suas contribuições para a integração entre saúde pública e transformação digital no SUS, à luz da Saúde Digital como ferramenta estratégica de fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

MÉTODO

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e analítico-reflexiva, que tem por objetivo sistematizar e analisar a atuação de uma sanitarista na equipe técnica da Plataforma Meu SUS Digital. O relato busca compreender o processo de trabalho em saúde digital no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir

da vivência profissional da autora no contexto institucional analisado.

O estudo foi desenvolvido no ano de 2025 e se insere no contexto das políticas públicas de saúde digital implementadas no Brasil entre 2020 e 2025, período marcado pela Estratégia de Saúde Digital para o Brasil (2020–2028) e pela Estratégia Global de Saúde Digital (2020–2025) da Organização Mundial da Saúde, voltadas ao fortalecimento dos sistemas de saúde por meio de tecnologias digitais (Brasil, 2020; WHO, 2021).

A sistematização da experiência apoiou-se em três eixos complementares: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação da prática profissional. A pesquisa bibliográfica concentrou-se em publicações nacionais e internacionais produzidas entre 2019 e 2025, incluindo artigos científicos, livros, teses, dissertações e relatórios técnicos sobre saúde digital, sistemas de informação em saúde e Saúde Coletiva, com o objetivo de subsidiar a reflexão teórica e contextualizar a experiência relatada.

A pesquisa documental envolveu a análise de portarias, legislações, normativas internas, relatórios técnicos, atas de reuniões, dashboards institucionais e documentos operacionais da Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, utilizados para compreender os marcos regulatórios, os processos decisórios e as estratégias de governança que orientaram a construção e a operacionalização da Plataforma Meu SUS Digital.

A observação da prática profissional constituiu o eixo central do relato, considerando a atuação direta da autora nas atividades de desenvolvimento, implementação e gestão da plataforma. As vivências foram registradas de forma sistemática em diário de campo, contemplando interações de equipe, processos de tomada de decisão, desafios institucionais e reflexões críticas sobre o cotidiano do trabalho em saúde digital, sendo posteriormente organizadas de modo a possibilitar a análise crítica dos processos de trabalho vivenciados.

A análise da experiência ocorreu por meio de um processo reflexivo e interpretativo, articulando as observações da prática profissional com o referencial teórico e documental, com foco na compreensão dos processos de trabalho vivenciados no contexto estudado, contribuindo para a compreensão do trabalho em saúde digital no âmbito do SUS. Tal procedimento metodológico encontra respaldo na literatura que caracteriza o relato de

experiência como modalidade de produção científica que valoriza a reflexão crítica sobre a prática vivida à luz de um referencial teórico, contribuindo para o avanço do conhecimento específico do campo estudado (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

Do ponto de vista ético, o estudo seguiu as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012 para pesquisas em saúde envolvendo seres humanos, ainda que não tenha havido coleta direta de dados identificáveis de usuários. Foram preservados o sigilo e a confidencialidade de informações institucionais e de membros da equipe, evitando-se qualquer identificação pessoal no relato da experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização reflexiva da experiência profissional, construída a partir da observação da prática, dos registros em diário de campo e da análise de documentos institucionais, permitiu organizar a discussão em quatro eixos temáticos. Esses eixos não se configuram como categorias analíticas no sentido tradicional, mas como dimensões centrais do processo de trabalho vivenciado no âmbito da Plataforma Meu SUS Digital, que orientam a reflexão sobre a atuação profissional e seus desdobramentos no campo da saúde digital no SUS.

MAPEAMENTO DE ERROS COMO ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

No cotidiano da atuação junto à Plataforma Meu SUS Digital, uma das atividades centrais consistiu no mapeamento e acompanhamento de erros, falhas e inconsistências relatadas pelos usuários, incluindo dificuldades de navegação, problemas técnicos, informações incompletas ou desatualizadas e entraves decorrentes da integração entre sistemas de informação em saúde. A vivência dessa atividade evidenciou que o tratamento desses registros extrapola uma dimensão meramente operacional, exigindo uma compreensão ampliada dos contextos de uso da plataforma, dos fluxos institucionais envolvidos e das

expectativas dos cidadãos em relação aos serviços do SUS.

A experiência demonstrou que o acompanhamento sistemático desses erros se configura como um exercício permanente de reflexão sobre o processo de trabalho, na medida em que possibilita identificar fragilidades institucionais, rever rotinas internas e aprimorar a articulação entre diferentes áreas técnicas. Nesse sentido, os erros relatados pelos usuários passaram a ser compreendidos como dispositivos de aprendizagem institucional, contribuindo para a qualificação contínua da plataforma.

A literatura sobre avaliação e uso de tecnologias digitais em saúde destaca que o monitoramento contínuo de problemas reportados pelos usuários constitui elemento central para o aprimoramento das plataformas digitais e para o fortalecimento da confiança da população nos sistemas de informação em saúde (de Oliveira et al., 2020). A atuação do profissional sanitarista nesse processo permitiu tensionar respostas exclusivamente técnicas, incorporando princípios de qualidade, equidade e interesse público à condução das melhorias implementadas.

ESCUTA DOS USUÁRIOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL MEDIADA POR TECNOLOGIA

A experiência de análise das manifestações enviadas pelos usuários do Meu SUS Digital evidenciou a centralidade da escuta qualificada como estratégia de aprimoramento da plataforma. Observou-se que as manifestações extrapolam a notificação de falhas técnicas, expressando também necessidades, expectativas e propostas relacionadas ao acesso aos serviços, à clareza das informações e à usabilidade do aplicativo.

Essa vivência dialoga com a literatura que reconhece a participação social como princípio estruturante das políticas públicas de saúde e como elemento constitutivo do SUS (Melo; Possa, 2016; Paim, 2018). No contexto da saúde digital, a escuta dos usuários assume novas formas, mediadas por tecnologias que ampliam as possibilidades de interação entre Estado e sociedade, ainda que não eliminem desigualdades históricas e estruturais.

Ao mesmo tempo, a experiência revelou limites importantes desse processo, uma vez

que a participação mediada por aplicativos ocorre de forma desigual, condicionada por fatores como acesso à internet, letramento digital, faixa etária e familiaridade com tecnologias digitais. Assim, os feedbacks recebidos evidenciam simultaneamente o potencial democratizante do Meu SUS Digital e os desafios para a efetivação da participação social em um país marcado por profundas desigualdades sociais e regionais.

GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS NO SUS

As fragilidades institucionais evidenciadas a partir da escuta dos usuários também se manifestaram no plano interno da organização do trabalho e da gestão da informação no SUS. A participação em reuniões técnicas e estratégicas com diferentes áreas do Ministério da Saúde possibilitou compreender que muitos dos desafios enfrentados no âmbito do Meu SUS Digital não se restringem à dimensão tecnológica, estando fortemente relacionados à governança da informação, à integração de sistemas e à coordenação entre setores.

A fragmentação histórica dos sistemas de informação em saúde constitui um dos principais entraves para a consolidação da saúde digital no Brasil, conforme amplamente discutido na literatura (Moraes; Gómez, 2007; Brasil, 2020). A vivência profissional permitiu observar como essa fragmentação impacta diretamente a experiência dos usuários e a operacionalização da plataforma.

Nesse contexto, a inserção de profissionais da Saúde Coletiva no processo de trabalho mostrou-se relevante ao mediar diálogos entre áreas técnicas, problematizar fluxos de informação e ampliar a compreensão da política de saúde digital para além das soluções tecnológicas. Essa atuação contribuiu para incorporar dimensões éticas, organizacionais e políticas relacionadas ao uso de dados em saúde, à proteção da informação e à responsabilização institucional.

MEU SUS DIGITAL COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA

A atuação no âmbito do Meu SUS Digital também evidenciou o potencial da plataforma como instrumento de comunicação direta entre o Estado e a população usuária do SUS, especialmente por meio do envio de notificações e mensagens informativas. A participação na elaboração dessas comunicações reforçou a centralidade da linguagem, da clareza das informações e da adequação dos conteúdos aos diferentes perfis de usuários.

A literatura aponta que as tecnologias digitais em saúde podem favorecer o acesso à informação, o protagonismo dos cidadãos e o fortalecimento do autocuidado, desde que as estratégias comunicacionais considerem as desigualdades sociais, culturais e digitais existentes (WHO, 2021; Soibelman; Fornazin; Vercesi Albuquerque, 2025). A experiência analisada evidenciou que escolhas comunicacionais inadequadas podem comprometer a compreensão das mensagens e limitar o potencial emancipatório da plataforma.

Assim, o Meu SUS Digital apresenta elevado potencial para fortalecer a comunicação em saúde e a autonomia dos usuários, desde que orientado por princípios de equidade, acessibilidade e inclusão. Por meio da plataforma, o cidadão recebe notificações sobre vacinação e outros temas de interesse em saúde, além de acessar conteúdos educativas relacionados a diferentes áreas, como alimentação saudável, HIV/aids e saúde da criança. O olhar da Saúde Coletiva mobilizado ao longo dessa experiência contribui para tensionar decisões técnicas e comunicacionais, reafirmando a saúde digital como meio para a efetivação do direito à saúde, e não como um fim em si mesma.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Por se tratar de um relato de experiência situado em uma única equipe técnica, os achados não podem ser generalizados para outras plataformas ou contextos institucionais. A análise baseou-se na observação profissional e em documentos institucionais, sem avaliação quantitativa de desempenho, usabilidade ou satisfação dos usuários. Além disso,

manifestações recebidas por meios digitais podem não representar a experiência de pessoas com menor acesso à internet ou menor letramento digital.

RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se fortalecer rotinas de análise e devolutiva das manifestações dos usuários, promover avaliações de acessibilidade e linguagem simples, ampliar a cooperação entre equipes técnicas e de Saúde Coletiva e desenvolver estudos com indicadores de uso, qualidade da informação e inclusão digital. A incorporação dessas medidas deve respeitar as normas de proteção de dados e os procedimentos institucionais pertinentes.

CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou sistematizar e refletir criticamente sobre a atuação de uma sanitarista na equipe técnica da Plataforma Meu SUS Digital, evidenciando que a transformação digital no âmbito do Sistema Único de Saúde envolve processos contínuos de articulação institucional, tomada de decisão e aprimoramento dos processos de trabalho, não se restringindo à incorporação de soluções tecnológicas.

A experiência relatada evidenciou que o acompanhamento sistemático de erros, sugestões e reclamações dos usuários constitui elemento central para a qualificação da plataforma, ao subsidiar ajustes técnicos, revisão de fluxos internos e decisões mais alinhadas às necessidades e expectativas da população usuária do SUS. Destacou-se, ainda, a relevância da articulação entre áreas técnicas e estratégicas no enfrentamento de desafios relacionados à governança da informação e à integração de sistemas, aspectos estruturantes para a consolidação da saúde digital no país.

A reflexão sobre a prática profissional permitiu reconhecer que a atuação da Saúde Coletiva no campo da saúde digital contribui para ampliar o olhar sobre o uso das tecnologias em saúde, incorporando dimensões éticas, organizacionais e políticas aos processos de desenvolvimento e gestão das plataformas digitais. Nesse sentido, o relato de experiência

mostrou-se uma estratégia pertinente para compreender processos de trabalho situados e complexos, valorizando a experiência vivida como fonte legítima de produção de conhecimento.

Como desdobramentos, aponta-se a importância do fortalecimento de estratégias permanentes de monitoramento da experiência do usuário, da ampliação de ações voltadas à acessibilidade e ao letramento digital em saúde, bem como da consolidação de mecanismos de governança da informação no SUS. Tais aspectos reforçam a necessidade de compreender a saúde digital como meio para a efetivação do direito à saúde, orientada por princípios de equidade, inclusão e interesse público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia & saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BERTOTTI, Bárbara Mendonça; BLANCHET, Luiz Alberto. Perspectivas e desafios à implementação de Saúde Digital no Sistema Único de Saúde: Perspectives and challenges to the implementation of Digital Health in the Unified Health System. International Journal of Digital Law, v. 2, n. 3, p. 93-111, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020–2028. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI). Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Meu SUS Digital. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/meususdigital. Acesso em: 10 set. 2025.

CETIC.BR. Pesquisa TIC Domicílios 2024: acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024. Disponível em: https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/. Acesso em: 19 set. 2025.

DE OLIVEIRA, Lara Bezerra et al. Aplicativos móveis no cuidado em saúde: uma revisão integrativa. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 93, n. 31, 2020.

HADDAD, Ana Estela; LIMA, Nísia Trindade. Saúde digital no Sistema Único de Saúde (SUS). Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 28, p. e230597, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.230597. Acesso em: 19 set. 2025.

MELO, Rafael Cerva; POSSA, Lisiane Bôer. Democracia no SUS, como estamos? Um debate sobre a participação social a partir da literatura recente. Saúde em Redes, v. 2, n. 4, p. 393–408, 2016.

MORAES, Ilara Hämmerli Sozzi de; GÓMEZ, Maria Nélida González de. Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 553-565, 2007.

MORENO, Ramon Alfredo. Interoperabilidade de sistemas de informação em saúde. Journal of Health Informatics, v. 8, n. 3, 2016.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista práxis educacional, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde 2019-2023. Washington, DC: OPAS, 2019. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/59461. Acesso em: 20 set. 2025.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018.

ROSSI, Everton; BARSAGLINI, Reni Aparecida. Inserção profissional e identidade sanitarista: experiência de egressos da graduação em saúde coletiva/UFMT, Brasil. Saúde e Sociedade, v. 33, p. e240502pt, 2025.

SILVA, Marcelo José de Souza; SCHRAIBER, Lilia Blima; MOTA, André. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, p. e290102, 2019.

SOIBELMAN, Gustavo; FORNAZIN, Marcelo; VERCESI ALBUQUERQUE, Mariana. Saúde digital na Atenção Primária à Saúde no Brasil: experiências desenvolvidas no SUS entre 2018 e 2022. Saúde em Debate, v. 49, n. especial 1, e10000, 2025.

UNFPA. Situação da população mundial 2025: a verdadeira crise de fecundidade – a busca pela autonomia reprodutiva em um mundo em transformação. New York: Fundo de População das Nações Unidas, 2025. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situa%C3%A7%C3%A3o-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-2025-verdadeira-crise-de-fecundidade Acesso em: 20 set. 2025.

WHO. World Health Organization. Global strategy on digital health 2020–2025. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240020924. Acesso em: 19 set. 2025.